

TAXA DE JUROS E CRÉDITO RURAL, 1994-2016

INTEREST RATE AND RURAL CREDIT, 1994-2016

Paulo Eterno Venâncio Assunção

 <http://lattes.cnpq.br/6330562342665908>

Mestrado em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás, Brasil(2013) Professor contratado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba , Brasil

Resumo

A agricultura apresenta importância para econômica nacional, pois num período de retração econômica, a agricultura apresentou crescimento positivo, impulsionada pelos preços altos das exportações, contribuindo para o PIB e para a balança comercial. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre a taxa de juros Selic e o acesso ao crédito por produtores rurais. O método utilizado seguiu o roteiro empregado por Spolador e Barros (2004), utilizando o Teste de Raiz Unitária, Teste de Causalidade e Elasticidade de Transmissão. Os resultados demonstraram que o aumento da taxa Selic gera redução do acesso dos produtores rurais ao crédito rural, demonstrando que a taxa Selic tem causalidade de Granger em relação ao acesso ao crédito.

Palavras-Chave: Taxa Selic; Crédito Rural; Causalidade de Granger.

Abstract

Agriculture is important for the national economy, because in a period of economic recession, agriculture showed positive growth, driven by high export prices, contributed to PIB and the trade balance. The present research aims to analyze the relationship between the Selic interest rate and access to credit by rural producers. The method used followed the script used Spolador and Barros (2004), using the Unit Root Test, Causality Test and Transmission Elasticity. The results showed that the increase in the Selic rate leads to a reduction in rural producer's access to rural credit, demonstrating that the Selic rate has Granger causality in relation to access to credit.

Keywords: Selic rate; Rural Credit; Causality of Granger.

Introdução

Por mais que agricultura seja um setor de importância reconhecida para a estabilidade da economia brasileira tendo uma relação direta com a macroeconomia, como é destacado por Gasques e Spolador (2003), o tema não é muito tratado pela literatura de política agrícola no âmbito da macroeconomia, como destacado por Homem de Melo (2002). O referido autor estudando o processo de abertura da economia brasileira, mostra que a política macroeconômica juntamente com a abertura comercial tiveram vários efeitos sobre o setor agrícola nacional, conduzindo a redução dos preços reais recebidos, o crescimento da produção pela adoção de tecnologia o que levou ao aumento da produtividade da terra e da produtividade total dos fatores de produção.

As mudanças implementadas no setor agrícola buscava aumentar a lucratividade do setor agrícola brasileiro e que esse efeito de aumento fosse mais significativo em regiões onde a produtividade fosse maior que a média nacional, sendo que o efeito apresentado foi o

contrário, devido à valorização da taxa de câmbio, os preços reais da agricultura reduziram (HOMEM DE MELO, 2002).

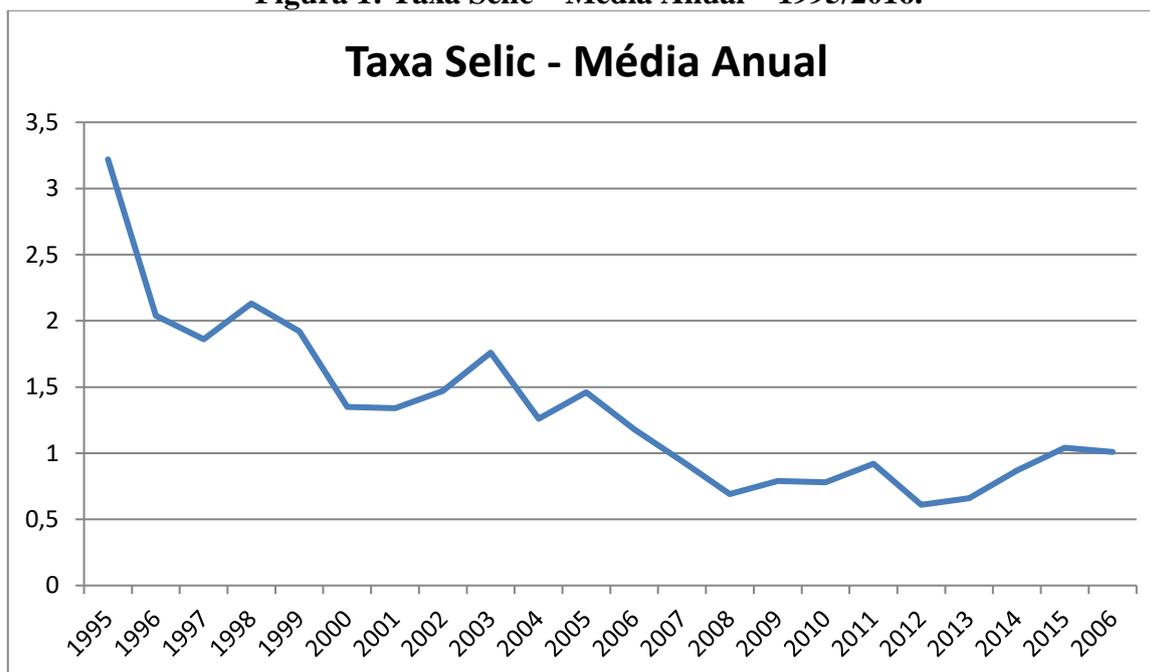
Segundo Homem de Melo (1998) nos 1990 a agricultura brasileira enfrentou um cenário adverso para o seu desenvolvimento, onde poucas variáveis compensatórias foram observadas. Entre as várias negativas para o desenvolvimento agrícola, estão a valorização cambial, taxas de juros elevadas, baixas tarifas de importação e importação financiada. Entre o que pode ser considerado como fatores positivos para o desenvolvimento da agricultura nesse período estão os aumentos dos preços internacionais, durante o período de 1994 e 1997, redução dos preços dos insumos e o aumento da produtividade agrícola. Esses dois últimos fatores estão relacionados, pois com a redução do preço dos insumos agropecuários, a agricultura apresenta possibilidade de aumento da sua produção.

O objetivo do presente ensaio é de analisar a relação entre a taxa de juros Selic e o acesso ao crédito por produtores rurais, visando analisar qual a relação entre ambos.

A taxa de juros e a agricultura

A taxa de juros referencial para a economia é a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). A Selic é a taxa básica de juros utilizada no mercado interbancário para o financiamento de operações que podem ser de períodos diários, lastreadas em títulos públicos federais, ou seja, representa a média dos juros pagos pelo Governo aos bancos pelos empréstimos. Conforme pode observado na Figura 1, a taxa de juros apresentou uma queda desde a implantação do plano Real em 1994.

Figura 1: Taxa Selic – Média Anual – 1995/2016.



Fonte: Ministério da Fazenda.

A adoção do regime de metas inflacionárias, iniciada em junho de 1999, tornou a taxa de juros a variável de maior destaque da política macroeconômica, nesse mesmo período o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi escolhido como o indicador de inflação (CARVALHO; SILVA, 2008). Como destacado por Spolador e Melo (2003), o novo sistema adotado visava calibrar a taxa de juros considerando as expectativas de inflação, podendo movimentá-la sempre que for necessário ao se identificar tendência de alta ou baixa.

Carvalho e Silva (2008) destacam que esse sistema tem sido razoavelmente eficiente no controle da inflação, mas isso gera o peso de colocar o Brasil como um dos países com a maior taxa de juros reais do mundo. Moreira (2006) traz a ressalva que desde o advento do Plano Real, a taxa Selic não apresentou em termos reais um índice inferior a 9% a.a., sendo um índice considerado exorbitante em qualquer país do mundo. Moreira (2006), ainda destaca que essa estratégia é apontada como a responsável pelo baixo desempenho da econômica brasileira do início dos anos 2000.

Os principais efeitos da taxa de juros elevada é a redução dos investimentos e do consumo, o que gera queda no ritmo do crescimento econômico, sendo que num regime de câmbio livre, o aumento da taxa de juros gera maior fluxo de recursos externos para o país o que leva apreciação da moeda local, o que contribui para reduzir a demanda agregada e o crescimento da economia (MENDONÇA; SILVA, 2008).

Carvalho e Silva (2008) destacam que o impacto da elevação da taxa de juros reais apresenta ações diferentes em relação aos diferentes setores da economia, enquanto outros

setores apresentaram dificuldades, por algum tempo a agricultura conseguiu caminhar no fluxo contrário da economia. O principal motivo para que a agricultura mantivesse esse movimento contrário foram às exportações com preços em alta, fazendo com que o setor crescesse acima da média.

Spolador e Barros (2004) destacam que apesar do cenário macroeconômico desfavorável, a agricultura brasileira manteve sua competitividade no mercado internacional, conseguindo manter bons índices de produtividade, que aumentaram no decorrer dos anos. Gasques et al. (2003) e Carvalho e Silva (2004) destacam que os ganhos de produtividade conseguidos pela agricultura nos últimos anos estão associados aos ganhos de produtividade e não no aumento de áreas plantadas, isso demonstra uma boa relação entre a pesquisa e a agricultura, já que o investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia propicia o aumento da produtividade sem a necessidade do aumento de áreas de produção.

O crédito rural, concedido por intermédio da política agrícola nacional, é uma forma de propiciar médios financeiros para produtores que não conseguem arcar com todo o ônus do investimento na produção. O aparente crescimento apresentado pela agricultura provocou o endividamento dos agricultores, o que apresentou um cenário ainda pior após a crise dos preços internacionais em 2004. Tais efeitos geraram dívidas, sendo que boa parte dessas dívidas são provenientes do crédito rural, que de forma análoga ao investimento na produção, busca modernizar o setor rural (CARVALHO; SILVA, 2008).

Para a agricultura contemporânea nacional, o crédito rural ainda é a maior fonte de financiamento da produção, segundo o Banco do Brasil (2017), em 2016 o crédito rural foi responsável por 35% dos financiamentos relacionados à agricultura. Como destacado por Carvalho e Silva (2008), o que pode explicar essa alta participação do crédito rural no financiamento da produção é essa facilidade de acesso a algumas modalidades da agricultura, como a agricultura patronal.

Metodologia

Quanto à metodologia, o presente trabalho se baseou na metodologia utilizada por Spolador e Barros (2004). As séries de interesse do presente trabalho são: (1) a média anual da taxa Selic em valores reais e (2) a quantidade de crédito disponibilizada aos agricultores brasileiros. As séries estão na forma logarítmica.

O período de interesse para análise da pesquisa está nos anos de 1994, pós implementação do plano real, e 2016, período em que se observa a deflagração da crise financeira internacional em 2008 e a crise político-econômica brasileira de 2014. Os dados

foram levantados junto ao sistema de recuperação de dados da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda) para a taxa de juros em média anual entre o período. A média anual de crédito foi levantado junto ao sistema de recuperação de dados do Banco Central (Bacen – Sistema de recuperação de dados relativos ao crédito disponibilizado por setor em média anual).

Para a análise dos dados foram utilizados o Teste de Raiz Unitária, Teste de Causalidade e Elasticidade de Transmissão, explicados nas sessões seguintes.

Teste de raiz unitária

O Teste Raiz Unitária visa identificar a estacionariedade das séries que estão sendo analisadas, visando identificar se essas séries apresentam média e variâncias constantes ao longo do tempo, o procedimento adotado no presente trabalho é o mesmo adotado por Spolador e Barros (2004), com a utilização do teste de Dickey-Fuller, que seguiram o procedimento desenvolvido por Enders (1995), em manual de desenvolvimento de análises a partir de séries temporais.

O procedimento seguido pelos autores é:

1. Desenvolver um modelo auto-regressivo com defasagens determinadas pelos critérios de Akaike e Schwarz, na forma geral expresso pela seguinte equação (1):

$$\Delta x_t = \alpha + \beta \cdot t + \gamma \cdot x_{t-1} + \sum_{i=1}^{p-1} \lambda_i \cdot \Delta x_{t-1} + \varepsilon_t \quad (1)$$

2. Dickey e Fuller (1981) propuseram a utilização da estatística τ_τ , onde se testa a hipótese de que $\gamma = 0$. Na rejeição dessa hipótese, utiliza-se a estatística $\tau_{\beta\tau}$ visando testar a hipótese de que $\beta = 0$, rejeitando, leva ao teste de $\gamma = 0$, novamente, só que agora considerando a distribuição normal.

3. caso não seja rejeitada a hipótese de $\beta = 0$, deve-se utilizar um novo modelo sem tendência, mas com intercepto, conforme a equação (2):

$$\Delta x_t = \alpha + \gamma \cdot x_{t-1} + \sum_{i=1}^{p-1} \lambda_i \cdot \Delta x_{t-1} + \varepsilon_t \quad (2)$$

4. Da auto-regressão da equação (2), desenvolve-se o teste de hipótese de $\gamma = 0$ tendo como base a estatística τ_μ . Se não rejeitar essa hipótese leva ao teste de que $\alpha = 0$, levando em consideração a estatística $\tau_{\alpha\mu}$, sendo que, se ocorrer mais uma rejeição da hipótese, testa-se $\gamma = 0$ considerando uma distribuição normal.

5. não rejeitando a hipótese de $\alpha = 0$, estima-se um modelo auto-regressivo que não apresenta intercepto e tendência, conforme a equação (3):

$$\Delta x_t = \gamma \cdot x_{t-1} + \sum_{i=1}^{p-1} \lambda_i \cdot \Delta x_{t-1} + \varepsilon_t \quad (3)$$

6. por último, faz-se o teste de hipótese de que $\gamma = 0$ com base na estatística τ . Se for aceita essa hipótese, pode-se concluir que o processo gerador da série possui raiz unitária, e a série poderá ser trabalhada em relação às diferenças e não em nível.

Teste de causalidade

O teste de causalidade trabalha com a noção de que uma determinada variável X causa a variável Y se Y pode ser melhor previsto utilizando-se os valores passados não só de Y, como também de X, como destacado por Spolador e Barros (2004). Em notação algébrica:

$$Y_t = \sum_{j=1}^J \alpha_j \cdot Y_{t-j} + \sum_{j=1}^J \beta_j \cdot X_{t-j} + u_t \quad (4)$$

$$Y_t = \sum_{j=1}^J \alpha_j \cdot Y_{t-j} + u_t \quad (5)$$

No que tange as hipóteses do modelo, a hipótese nula do teste a ser feito é: X não Granger-causa Y, visto de outra forma, $\beta_1 = \beta_2 = \dots = \beta_J = 0$. O teste de hipótese é feito comparando-se as somas dos quadrados dos resíduos obtidas da estimativa das equações (4) e (5), $SQR_{(4)}$ e $SQR_{(5)}$, temos:

$$F = \frac{(n - 2 \cdot J) \cdot SQR_{(5)} - SQR_{(4)}}{J \cdot SQR_{(4)}}$$

Se $F > F_{j,n-2,j}$ então a hipótese nula deverá ser rejeitada.

Elasticidade de transmissão

Depois de realizado o teste de casualidade, é possível desenvolver o tratamento da transmissão, no decorrer do período analisado, de choques que ocorrem entre as variáveis envolvidas. Para as variáveis elencadas para esse trabalho, (1) a média anual da taxa Selic em valores reais, (2) a quantidade de crédito disponibilizada aos agricultores brasileiros, a equação desenvolvida é:

$$cred_t = \alpha_0 + \alpha_1 + \alpha_2 \cdot cred_{-1} + \sum_{i=0}^r \beta_i \cdot juros_{t-i} \quad (6)$$

Desenvolvida a equação para o cálculo da elasticidade de transmissão, o procedimento padrão é testar o número de defasagens (T), que é realizado por meio do teste F a 5% de significância, como destacado por Spolador e Barros (2004). Ao se definir a forma final das equações, os valores encontrados para a variável β_t representará a elasticidade de transmissão estimada.

Para a realização das análises proposta na presente pesquisa foi utilizado o pacote estatístico EViews 9.

Resultados e discussão

Na Tabela 1 pode ser visualizado os resultados obtidos nos testes de raiz unitária para as variáveis juros e crédito, em forma logarítmica, para o período compreendido entre 1994 e 2016, seguindo o mesmo procedimento adotado por Spolador e Barros (2004).

Tabela 1. Resultados dos testes de raiz unitária de Dickey-Fuller para as séries de juros e crédito agrícola na forma logarítmica (Inselic e Incred) – 1994/2016.

Variáveis	Valor de p-1	Modelo 1*				Modelo 2**	
		τ_τ	$\tau_{\beta\tau}$	τ_μ	$\tau_{\alpha\mu}$	τ	τ
Lnselic	0	-3.58999	1.82098	-2.00388	0.96802	-1.77451	-4.70076*
Lncred	0	-7.97700	-0.688219	-8.14409	4.39838	-4,84099	-13.00045

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme a descrição, o teste apresentou significância a 1%, valores críticos de Fuller (1976) e Dickey-Fuller (1981).

* Modelo 1: $\Delta x_t = \alpha + \beta \cdot t + \gamma \cdot x_{t-1} + \sum_{i=1}^{p-1} \lambda_i \cdot \Delta x_{t-1} + \varepsilon_t$, nas versões com intercepto e tendência, com intercepto e sem tendência, e, na ausência de ambos.

** Modelo 2: $\Delta \Delta x_t = \gamma \cdot x_{t-1} + \sum_{i=1}^{p-1} \lambda_i \cdot \Delta \Delta x_{t-1} + \varepsilon_t$, definido após os testes comprovarem a ausência de termos determinantes.

Os testes demonstram que há estacionariedade para a taxa de juros, demonstrando que há alterações no nível de juros reais na economia brasileira. Isso pode ser explicado por dois motivos, o primeiro, como apontado por Spolador e Barros (2004), que no início dos anos 1990 ocorreram alterações nos níveis reais da taxa de juros no Brasil, sendo que no período de 1995 a taxa de juros em termos reais chegaram aos maiores valores do período, de cerca de 33,4%. Gasques e Spolador (2003) destacam que essa variação e o choque apresentado estão relacionados com a procura de controle da inflação e da taxa de juros, o que gera choques nas séries estudadas no período entre 1990 e os anos 2000. Não foram encontrados choques ou qualquer índice de interesse para o período de 2014 posterior, período onde se deflagrou uma crise político-econômica no Brasil.

O segundo motivo que pode explicar o choque é o que foi debatido por Carvalho e Silva (2008), que no ano de 1999, o governo adotou o regime de metas inflacionárias,

utilizando índices de taxa de juros variável, e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fosse escolhido como o indicador de inflação. A inflação possui uma relação direta com o setor agrícola, como apresentado por Cardoso et al. (2014), que estudaram os efeitos da taxa de juros e a inflação nos estoques de produção da agricultura, os autores constataram que o aumento dos juros e da inflação, gera um choque direto e um aumento nos estoques de produtos agrícolas, o que pode ser explicado, segundo os autores, pela saída de consumidores do mercado e a menor demanda de produtos oriundos da agricultura.

Como foi observado que a série da taxa de juros apresentou integração de ordem 1, os testes de causalidade no sentido de Granger foram realizados utilizando ambas as séries na primeira diferença. Os resultados observados demonstraram que a taxa Selic apresenta alguma influência sobre o crédito da agropecuária, com até dois períodos de defasagem. Os resultados podem ser observados nas tabelas 2 e 3.

Tabela 2 – Resultados do Teste de Causalidade no Sentido de Granger.

Hipótese nula	Obs	Estatística F	Probabilidade
SELIC não causa CRED	42	1,33930	0,0399
SELIC causa CRED		3,97800	0,0301

Fonte: dados da pesquisa.

Como destacado por Fochezatto, Koshiyama e Alencastro (2010), o conceito de causalidade consegue verificar se uma variável auxilia na previsão do comportamento de outra variável escolhida, que isso remonta a existência de precedência temporal na explicação das variáveis. Os autores ainda destacam que esses testes apresentam vantagens sobre os teste de não-causalidade no sentido que testes de causalidade estão imunes ao problema da endogeneidade.

Os resultados empíricos demonstram a hipótese inicial de que uma política monetária tende a reduzir a taxa de juros, podendo aumentar a disponibilidade de crédito para a agricultura. Uma política monetária restritiva de juros altos tem um efeito negativo sobre a agricultura, principalmente no setor agrícola, pois com essa ação se manifestam pelo maior custo na obtenção de crédito para financiar a produção, como destacado por Spolador e Barros (2004).

Carvalho e Silva (2008), destacam que com o processo de obrigatoriedade de aplicação de recursos a uma taxa de juros fixa, o governo pretendia beneficiar a agricultura com maiores empréstimos com juro mais baixo, mas isso gerou um efeito reverso ao esperado, pois conforme a economia nacional melhorou com o passar dos anos, com aquecimento da economia, os bancos demonstraram desinteresse em emprestar para

produtores rurais na modalidade de crédito rural, ou seja, com uma taxa de juros elevada, os produtores não demonstram interesse em adquirir crédito e isso gera prejuízo para os bancos.

Em relação à elasticidade de transmissão da taxa de juros e do crédito rural, sendo que a taxa de juros foi considerada uma variável independente, a Tabela 3 mostra o resultado, em que os valores dos coeficientes foram estatisticamente diferentes de zero e significantes. O coeficiente encontrado em $\alpha_1 = 0,638809$ indica o valor da elasticidade, mostrando que quando a taxa Selic reduz em 1%, a quantidade de crédito adquirida pelos produtores varia em 0,638809%, assim sendo, as variações da taxa Selic são transmitidas para os tomadores de crédito da agricultura, mesmo que isso seja transmitido menos que proporcionalmente.

Isso comprova o que foi encontrado por Castro e Teixeira (2004), que num estudo desenvolvido sobre a taxa de juros e equalização para a agricultura familiar, os autores constataram que a taxa Selic tem interferência direta na quantidade de crédito que será disponibilizada e retirada pela agricultura. Demonstra a lógica do mercado, pois se o juro sobre o crédito está alto, no ambiente de insegurança econômica observado atualmente, os produtores recuam seu acesso ao crédito, preferindo trocar atividades ou buscam outras formas de financiamento para a sua produção (ARAÚJO et al., 2007).

Tabela 3: Resultado do teste de transmissão – Crédito como variável dependente.

Dependente variable: LNCREC				
Method: Least Squares				
Date: 20/17/04				
Sample: 1994:01 2016:12				
Included Observations: 42				
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.373398	0.043876	-7.948856	0.0000
LNSELIC	0.638809	0.084890	7.552555	0.0000
R-squared	0.367764	Mean dependent var		-0.346898
Adjusted R-squared	0.361020	S.D. dependente var		0.531792
S.E. of regression	0.441838	Akaike info criterion		1.700760
Sum Squared resid	15.76593	Schwarz criterion		1,116488
Log Likelihood	-50.118966	F-statistic		55.864200
Durbin-Watson stat	1.566617	Prob(F-statistic)		0.000000

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerações finais

O presente ensaio apresenta como hipótese básica uma relação inversa e proporcional entre uma política monetária restritiva ou expansiva, com aumento ou diminuição da taxa de juros, e o acesso ao crédito, em retiradas, pelos produtores rurais. Os testes demonstraram que os choques que aconteceram em 1994/95 e 1999 apresentam importância para taxa básica de

juros. O primeiro relacionado com o Plano Real, que buscava estabilidade financeira, e o segundo choque relacionado com o regime de metas inflacionárias. Os testes não conseguiram captar os efeitos da atual crise político-econômica enfrentada pelo país.

Em relação ao acesso ao crédito, esse apresenta uma relação restritiva e proporcional à taxa de juros Selic. Seguindo a lógica de que quanto maior for a taxa de juros adotada pelo país, menores serão as retiradas de créditos pelos agricultores para investimento em suas atividades de produção. No presente trabalho, não houve diferenciação em que tipo de crédito seria o adotado pelo produtor, se crédito de custeio, investimento, expansão de atividades. Pesquisas futuras poderiam abordar qual a sensibilidade dessas modalidades de crédito em relação à taxa de juros.

No que tange a relação entre a elasticidade da taxa Selic e o acesso ao crédito pelos produtores rurais, o valor da elasticidade mostrou que quando a taxa Selic varia em 1%, a quantidade de crédito adquirida pelos produtores varia em 0,638809%, ou seja, ocorre a transmissão do aumento da taxa para o acesso dos produtores, fazendo com que esses recuem em seu acesso ao crédito, preferindo outras modalidades de financiamento da sua produção.

Bibliografia

ARAÚJO, P.F.C.; BARROS, A.L.M.; BARROS, J.R.M.; SHIROTA, R. Política de crédito para a agricultura brasileira: quarenta e cinco anos à procura do desenvolvimento. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.26, n.4, p.27-51, 2007.

CARDOSO, D.R.; TEIXEIRA, E.C.; GURGEL, A.C.; CASTRO, E.R. Intervenção governamental, crescimento e bem-estar: efeitos da política de equalização das taxas de juros do crédito rural nas regiões brasileiras. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.24, n.2, p.363-388, 2014.

CARVALHO, M.A.; SILVA, C.R.L. Taxa de juros: um problema real para a agricultura. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.27, n.1, p.14-23, 2008.

CASTRO, E. R.; TEIXEIRA, E. C. . Efeito dos gastos com a equalização das taxas de juros do crédito rural na economia brasileira. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004, **Anais...**, Cuiabá. CD-ROM do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Brasília: SOBER, 2004.

FOCHEZATTO, A.; KOSHIYAMA, D.; ALENCASTRO, D. Testando relações de causalidade entre comércio externo e crescimento econômico em Países da América Latina: evidências de dados em painel e séries temporais. **Economia**, Brasília, v.11, n.3, p.597-629, 2010.

HOMEM DE MELO, F.B. Agricultura brasileira nos anos 90: o real e o futuro. **Economia Aplicada**, Ribeira Preto, v.2, n.1, p.163-182, 1998.

HOMEM DE MELO, F.B. **A abertura comercial e o papel dos aumentos de produtividade na agricultura brasileira.** Instituto Futuro Brasil – IFB, 2002.

MENDONÇA, H.F.; SILVA, R.T. Administração da dívida pública sob um regime de metas para a inflação: evidências para o caso brasileiro. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.12, n.4, p.635-657, 2008.

MOREIRA, E.M. O regime de metas de inflação, taxa de juros e a relação dívida pública/PIB. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.34, n.2, p.13-20, 2006.

SPOLADOR, H. F. S.; BARROS, G. S. C. . Taxa de Juros e Desempenho da Agricultura? Uma Análise Macroeconômica. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004, **Anais...**, Cuiabá - MT. XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004.

SPOLADOR, H.F.S.; MELO, F.H. O mercado de crédito e a experiência brasileira de financiamento da agricultura. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.41, n.3, 2003.

Artigo recebido em 23/09/2020

Aprovado em 06/03/2020

Como citar esse artigo:

ASSUNÇÃO, Paulo Eterno Venâncio. Taxa de juros e crédito rural, 1994-2016. **Revista de Economia da UEG**. Vol. 16, N.º 1, jan/jun. 2020.